



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638634 - GO (2021/0001439-0)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : WELDER DE ASSIS MIRANDA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ DOS REIS FILHO - GO019005  
WELDER DE ASSIS MIRANDA - GO028384  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : WALTEER FRANCISCO JESUINO NETO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WALTEER FRANCISCO JESUINO NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (N.5563573.43.2020.8.09.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado como incurso no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do Código Penal.

O impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva, a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar e o risco para a saúde do paciente em caso de contaminação pelo novo coronavírus.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão ou, ainda, a concessão de prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente